



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Ourilândia do Norte



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Ourilândia do Norte (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

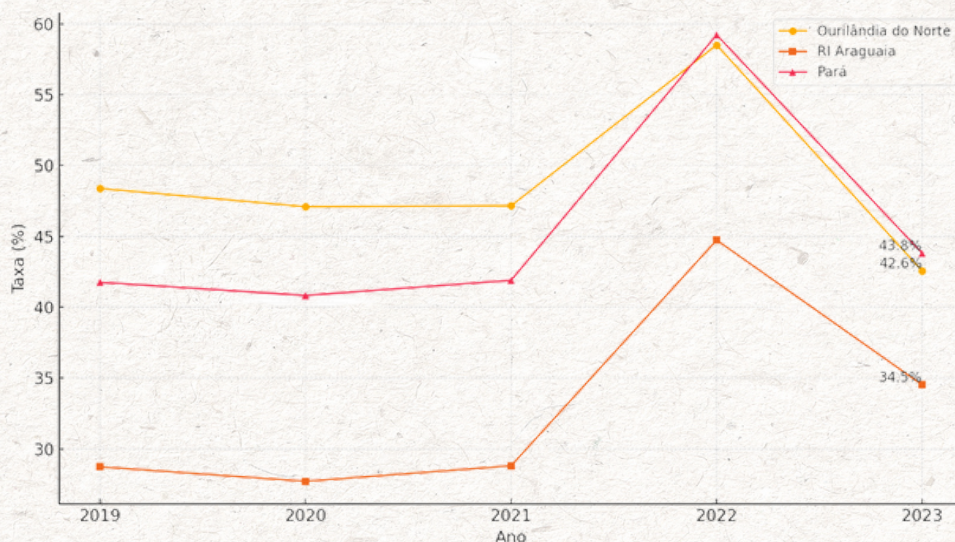
A Taxa de Pobreza em Ourilândia do Norte manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, com variação leve entre 48,3% e 47,0%. Contudo, houve um aumento abrupto em 2022, quando a taxa atingiu aproximadamente 59%, refletindo provavelmente os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19 e da inflação acumulada nesse período. Em 2023, a taxa recuou para 42,6%, mas ainda se mantém acima dos níveis observados no início da série histórica. A tendência mostra que o município enfrenta dificuldades estruturais para reduzir a pobreza de forma sustentável, especialmente em

mentos de crise (Gráfico 1). Na Região de Integração Araguaia, a taxa foi consistentemente mais baixa que a de Ourilândia do Norte e do Estado do Pará. Entre 2019 e 2021, manteve-se próxima a 28%, mas, assim como nas demais regiões, sofreu uma elevação acentuada em 2022, alcançando 44,7%. Apesar disso, em 2023 houve uma recuperação significativa, com a taxa recuando para 34,5%. Esse comportamento sugere uma maior resiliência da RI Araguaia, possivelmente por uma distribuição mais equilibrada de políticas sociais ou melhor desempenho econômico regional (Gráfico 1).



O Estado do Pará seguiu padrão semelhante ao de Ourilândia do Norte, com uma trajetória moderadamente estável entre 2019 e 2021 (cerca de 41%-42%), seguido por um pico em 2022, quando a taxa atingiu 59%. Em 2023, a taxa caiu para 43,8%, retornando ao patamar pré-pandemia. Esse padrão aponta para uma forte sensibilidade da taxa de pobreza às flutuações macroeconômicas, demonstrando a necessidade de políticas públicas mais robustas e duradouras para proteger os grupos mais vulneráveis da população paraense (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Ourilândia do Norte, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais apresentou flutuações expressivas entre 2019 e 2023. Após iniciar o período em 65,4%, houve uma queda em 2020, seguida de um expressivo aumento em 2021, atingindo o pico de 69,8%. Essa alta pode estar relacionada a ações emergenciais de enfrentamento à pandemia. Nos anos seguintes, os percentuais caíram gradualmente, encerrando 2023 em 63,6%, o que ainda representa um patamar superior ao observado em 2020, mas inferior ao pico de 2021, sinalizando um possível retorno à normalidade orçamentária

(Gráfico 2).

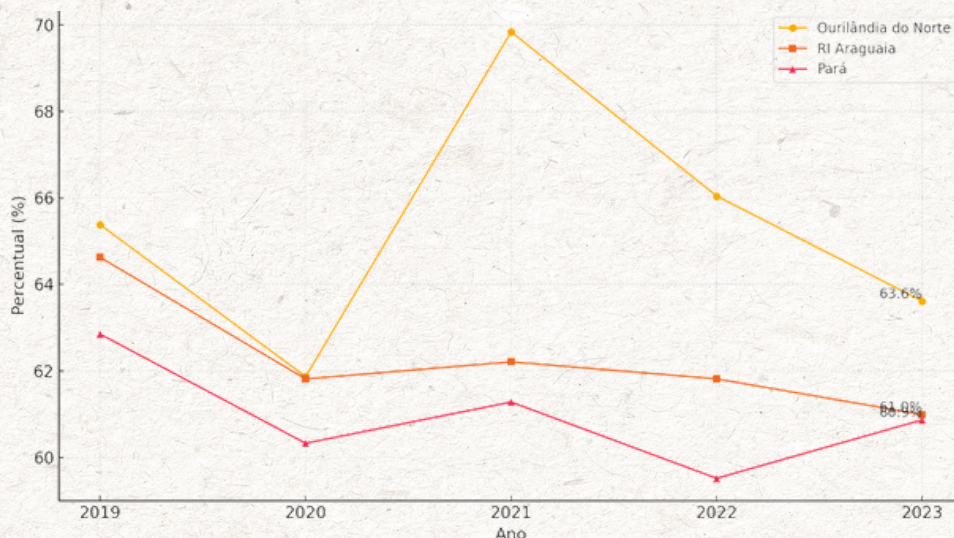
A Região de Integração Araguaia apresentou comportamento mais estável ao longo do período, oscilando entre 61,9% e 64,6%. Diferentemente do município, não houve grandes variações, o que sugere uma gestão mais constante e previsível das despesas com serviços essenciais. Em 2023, o índice foi de 61,8%, indicando uma leve retração em relação a 2019, mas ainda dentro de um intervalo de estabilidade. Essa constância pode refletir um planejamento regional mais consolidado ou menor impacto das variações econômicas locais (Gráfico 2).

No Estado do Pará, o comportamento do indicador também foi relativamente estável, embora com pequenas oscilações ao longo do tempo. O percentual caiu de 62,8% em 2019 para 60,3% em 2020, possivelmente devido à reorganização orçamentária inicial da pandemia. A partir de 2021, houve recuperação moderada, mas sem ultrapassar os níveis de 2019, finalizando 2023 com 60,9%. O leve crescimento recente pode indicar esforços de retomada do investimento em serviços básicos, ainda que de forma tímida, diante das limitações fiscais do estado (Gráfico 2).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

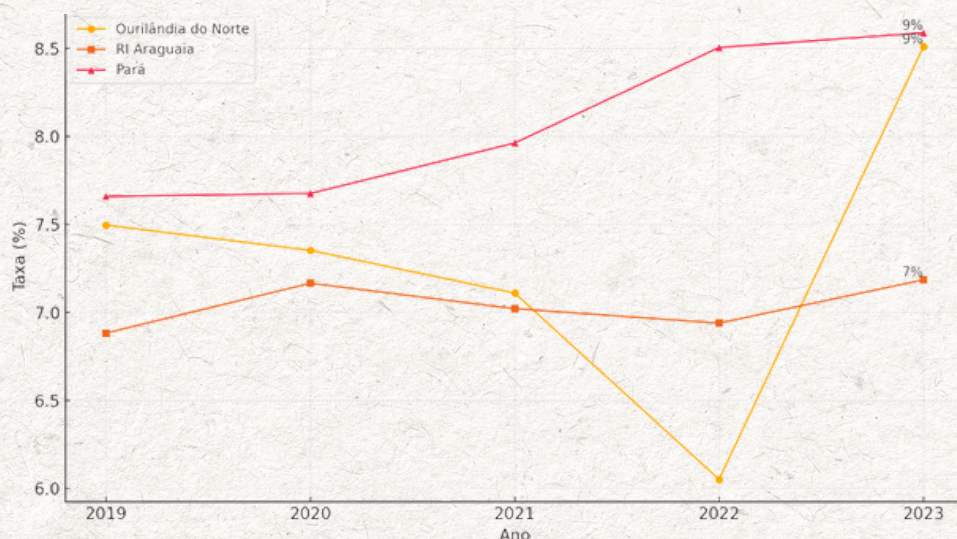
Em Ourilândia do Norte, a taxa de crianças nascidas com baixo peso apresentou uma trajetória inicialmente decrescente entre 2019 e 2022, caindo de 7,5% para 6,1%. No entanto, em 2023 houve uma elevação acentuada, atingindo 9%, o maior valor da série. Essa oscilação pode indicar tanto mudanças nas condições de saúde materno-infantil quanto limitações nos serviços de pré-natal e de assistência à gestante, sugerindo a necessidade de uma investigação mais profunda sobre fatores socioeconômicos e de acesso à saúde no município (Gráfico 3).

Na Região de Integração Araguaia, os valores foram mais estáveis ao longo do período. A taxa variou levemente entre 6,9% e 7,2%, com tendência geral de leve crescimento. Apesar de não apresentar picos abruptos, a consistência em níveis relativamente altos indica que o problema do baixo peso ao nascer persiste de forma moderada na região, exigindo políticas de saúde mais direcionadas ao cuidado pré-natal e à nutrição das gestantes, especialmente nas áreas mais vulneráveis (Gráfico 3). Essa tendência de crescimento contínuo aponta para um desafio de abrangência es-

tadual relacionado à saúde perinatal. A elevação do indicador pode refletir desigualdades no acesso a serviços de saúde, carências nutricionais e efeitos residuais da pandemia, fatores que podem ter afetado de forma mais acentuada populações de baixa renda e regiões interiores (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

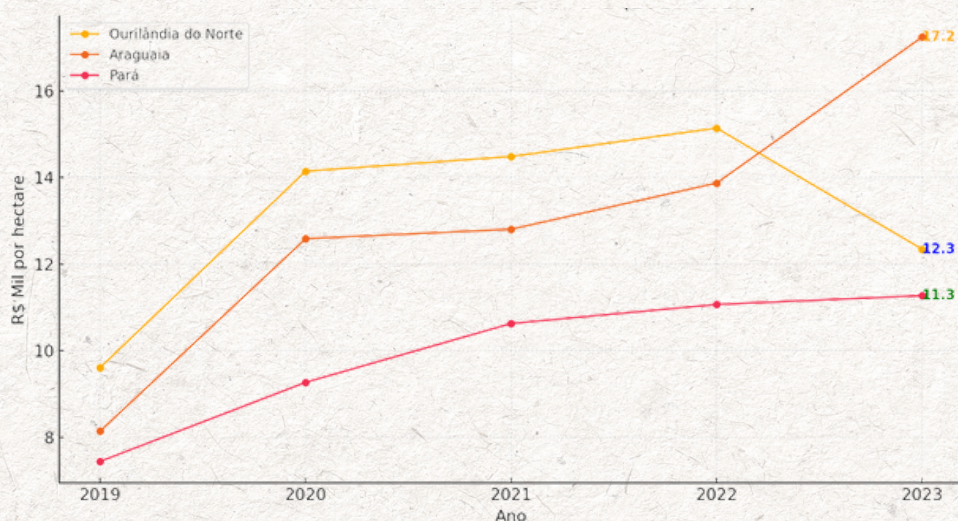
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Ourilândia do Norte, a produtividade agrícola teve forte crescimento entre 2019 e 2022, saltando de R\$ 9,6 mil para R\$ 15,0 mil por hectare. Esse avanço pode estar relacionado a ganhos tecnológicos, investimentos em insumos e expansão de áreas produtivas com maior valor agregado. No entanto, em 2023 observou-se uma queda para R\$ 12,3 mil/hectare, o que pode ter sido provocado por fatores como adversidades climáticas, redução de investimentos ou mudanças na composição das culturas agrícolas. Apesar da retração, o patamar final ainda se mantém acima do valor de 2019 (Gráfico 4).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi ainda mais expressivo em termos de crescimento. A produtividade aumentou de R\$ 8,2 mil em 2019 para R\$ 17,2 mil em 2023, representando o maior salto entre as três regiões analisadas. Esse desempenho pode ser explicado por uma combinação de ampliação da fronteira agrícola, modernização produtiva e melhores condições de logística regional. A RI Araguaia se destaca, ao final da série, como líder em produtividade, indicando um dinamismo agrícola relevante para a economia regional (Gráfico 4).

No Estado do Pará como um todo, houve crescimento contínuo e sustentado na produtividade agrícola, partindo de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019 para R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. A evolução é menos acentuada do que nas outras duas áreas, mas indica um avanço estruturado no setor agrícola paraense. Essa progressão pode refletir o impacto positivo de políticas públicas voltadas ao setor, aumento do crédito rural e expansão de cadeias produtivas mais lucrativas. Ainda assim, o desempenho médio do estado permanece abaixo da média observada em Ourilândia e na RI Araguaia (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

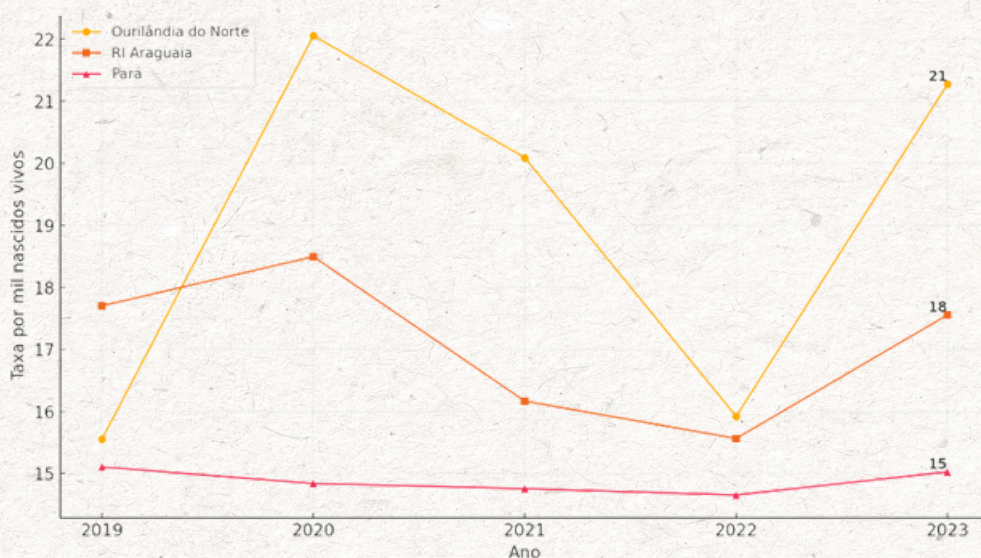
Em Ourilândia do Norte, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande volatilidade ao longo do período analisado. Partindo de 15,6 por mil nascidos vivos em 2019, o município registrou um pico em 2020, com 22,1, possivelmente refletindo dificuldades no acesso a serviços de saúde durante a pandemia. Nos anos seguintes, houve uma queda progressiva até 2022 (15,9), mas a taxa voltou a subir em 2023, alcançando 21. Esse padrão irregular sugere fragilidades estruturais no sistema de saúde local, especialmente no que tange à atenção básica e cuidados neonatais (Gráfico 5).

Na Região de Integração Araguaia, a tendência foi menos instável, mas ainda com oscilações. A taxa começou em 17,8 em 2019, subiu para 18,5 em 2020, e depois declinou até 15,6 em 2022, voltando a subir em 2023 para 18. Apesar de apresentar variações menores que o município, o comportamento da RI Araguaia também denuncia certa vulnerabilidade nos serviços de saúde infantil, principalmente diante de cenários críticos como o da pandemia (Gráfico 5).



O estado do Pará apresentou a trajetória mais estável entre os três recortes territoriais. A taxa partiu de 15,2 em 2019, caiu levemente até atingir 14,7 em 2022, e subiu discretamente para 15 em 2023. Mesmo com ligeiras variações, os números indicam certa consolidação das políticas de saúde infantil em âmbito estadual, embora o patamar ainda esteja acima do ideal recomendado pela OMS, o que aponta a necessidade de avanços contínuos no acesso e qualidade da assistência à saúde materno-infantil (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Ourilândia do Norte apresentou uma significativa expansão no número de médicos por 10 mil habitantes ao longo do período. O indicador saiu de 6,9 em 2019 e chegou a 21 em 2023, um crescimento expressivo que pode indicar investimentos pontuais na contratação de profissionais, ampliação da rede de atenção à saúde ou chegada de programas federais como o "Mais Médicos".

No entanto, esse aumento ainda não se traduziu claramente em uma redução sustentada da mortalidade infantil, o que sugere desafios na qualificação do atendimento, distribuição dos profissionais ou infraestrutura (Gráfico 6).

Na RI Araguaia, o número de médicos também cresceu, embora de forma mais gradual: de 4,7 em 2019 para 9 em 2023. Essa trajetória

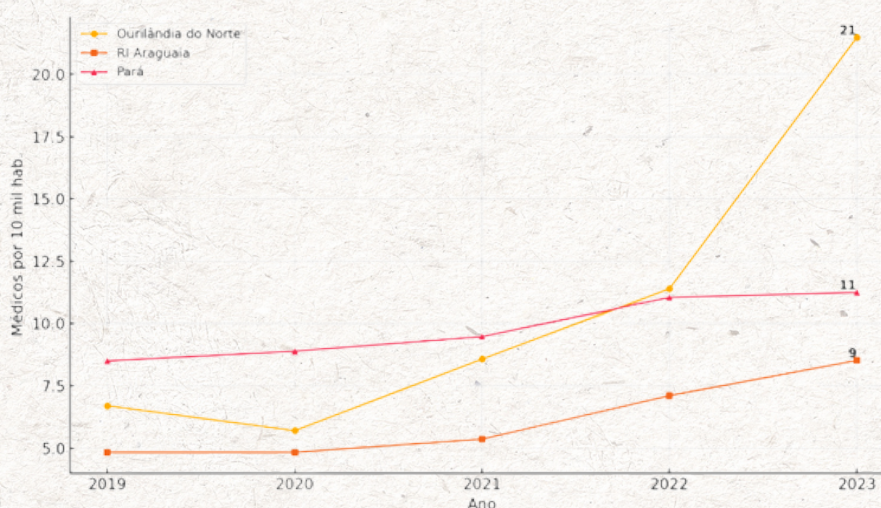
constante revela um fortalecimento progressivo da presença médica na região, provavelmente associado a políticas regionais de interiorização da saúde. O crescimento, ainda que modesto em termos absolutos, pode representar avanços relevantes, especialmente considerando a escassez histórica de profissionais em áreas menos urbanizadas (Gráfico 6).



O Estado do Pará demonstrou um crescimento mais moderado, saindo de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11 em 2023. O aumento é consistente, ainda que inferior ao registrado em Ourilândia. Isso indica que, apesar da tendência positiva, o estado ainda

enfrenta limitações na universalização do acesso médico, principalmente em regiões remotas. O patamar atual, embora melhor que o de anos anteriores, reforça a importância da permanência e distribuição equitativa desses profissionais em todo o território paraense (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

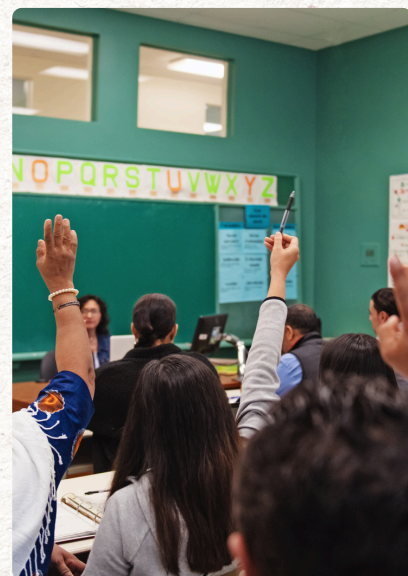
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Ourilândia do Norte, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando entre 229 e 233. Em 2022, houve um aumento significativo, alcançando 239 vagas por mil habitantes, possivelmente em resposta a demandas reprimidas ou à expansão de matrículas após os impactos da pandemia. No entanto, em 2023, o indicador sofreu uma queda expressiva, chegando a 215 vagas, o que pode refletir ajustes orçamentários, reorganizações na rede escolar ou declínio populacional em idade escolar (Gráfico 7).

Na Região de Integração Araguaia, observou-se um padrão semelhante, com estabilidade entre 2019 e 2021, seguida de um aumento acentuado em 2022,

quando o número de vagas saltou de 172 para 215 por mil habitantes. Essa elevação pode ter sido resultado de políticas de recuperação educacional pós-pandemia. Contudo, em 2023, houve queda para 200 vagas, sinalizando que o impulso de expansão não foi mantido, talvez por limitações fiscais ou transição para novas estratégias de gestão da rede pública de ensino (Gráfico 7).

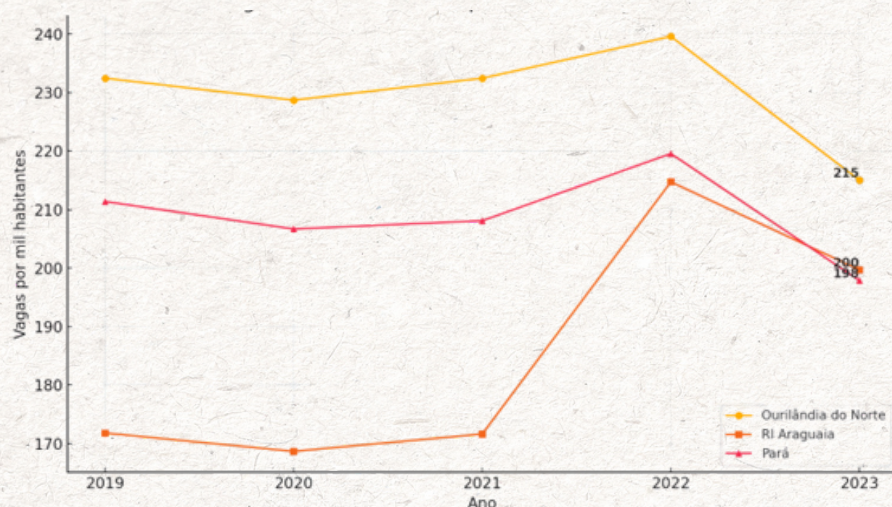
O Estado do Pará também apresentou um crescimento no número de vagas em 2022 (219), mas com queda subsequente para 198 em 2023. A tendência estadual acompanha o comportamento das demais regiões, com possível reflexo de investimentos temporários voltados à retomada das atividades escolares presenciais.



O decréscimo em 2023 pode indicar necessidade de maior planejamento para sustentação da oferta educacional, especialmente em regiões interioranas, onde a disponibilidade de vagas está diretamente ligada à manutenção da infraestrutura e de professores (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 215 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Ourilândia do Norte apresentou um avanço expressivo no percentual de escolas com acesso à internet, passando de 45,5% em 2019 para 69,4% em 2023. O crescimento foi especialmente intenso entre 2019 e 2021, quando o índice subiu até 66,7%. Após uma queda em 2022 (para 52,7%), houve nova elevação em 2023. Essa oscilação pode estar relacionada à manutenção de contratos de conectividade, à priorização do ensino remoto durante a pandemia e à posterior reorganização das estratégias de digitalização da rede escolar (Gráfico 8).

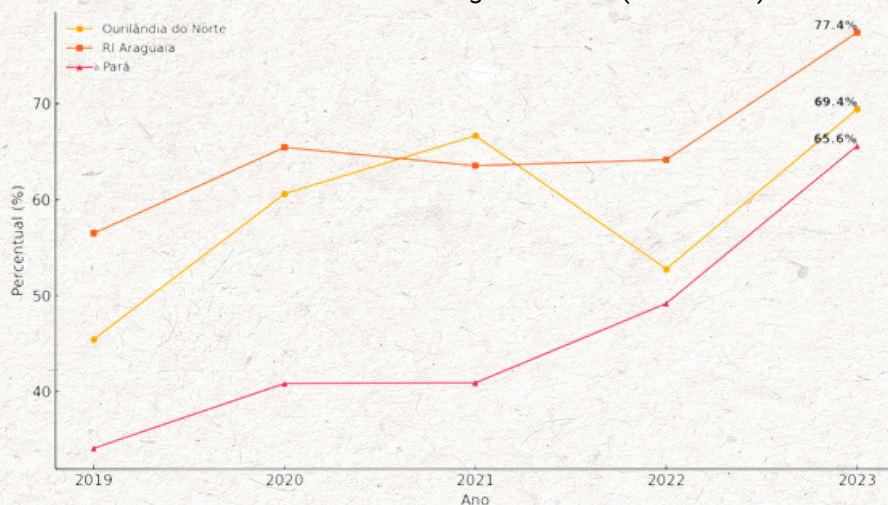
Na RI Araguaia, o indicador cresceu de forma contínua ao longo de quase todo o período, partindo de 55,6% em 2019 para 77,4% em 2023, o

valor mais alto entre os três níveis territoriais analisados. Esse desempenho destaca a região como uma referência positiva na infraestrutura digital das escolas públicas, o que pode favorecer a qualidade do ensino, especialmente na adoção de tecnologias educacionais e ensino híbrido. A estabilidade entre 2020 e 2022 também indica um padrão de conectividade mais consolidado (Gráfico 8).

O Estado do Pará, por sua vez, teve um crescimento mais gradual, saindo de 33,8% em 2019 e chegando a 65,6% em 2023. O salto mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2023, refletindo esforços estaduais para universalizar o acesso à internet nas escolas públicas. Ainda que o percentual final

esteja abaixo da RI Araguaia e de Ourilândia, a curva ascendente demonstra um movimento promissor rumo à inclusão digital na educação básica paraense. O desafio permanece na equalização desse acesso em todo o território estadual, sobretudo nas regiões mais afastadas e com baixa densidade escolar (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

Em Ourilândia do Norte, os dados sobre violência contra a mulher por parceiros mostram grande oscilação e aparentes inconsistências. Em 2019 e de 2021 a 2023, o número registrado foi zero, enquanto em 2020 houve um pico de 11 casos por 100 mil habitantes. Essa descontinuidade pode indicar problemas de subnotificação ou ausência de registros administrativos formais, mais do que a eliminação real da violência. O dado de 2020 pode ter refletido maior visibilidade do tema durante a pandemia, mas a queda abrupta nos anos seguintes sugere fragilidades na coleta de dados e no enfrentamento do problema (Gráfico 9).

Na Região de Integração Araguaia, observa-se uma trajetória mais contínua, embora também crescente.



A taxa oscilou levemente entre 2019 e 2021, mantendo-se abaixo de 5 casos por 100 mil habitantes. Contudo, a partir de 2022 houve uma elevação expressiva, com o indicador saltando de 4 para 10,2 e depois para 16 em 2023. Esse aumento pode refletir tanto uma maior incidência de casos quanto uma melhoria nos sistemas de denúncia e registro, indicando avanço na visibilidade do problema, ainda que revele

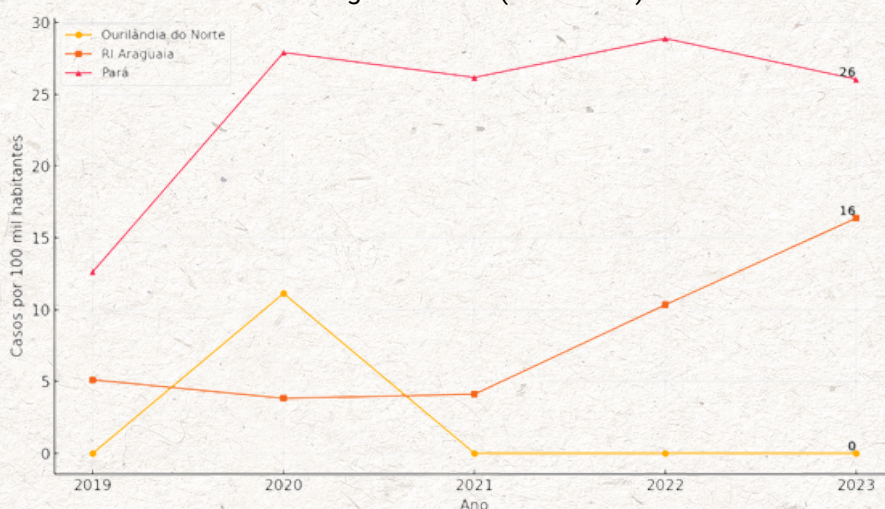
um cenário preocupante de violência de gênero na região (Gráfico 9).

O estado do Pará apresentou os maiores níveis de violência contra a mulher ao longo de todo o período, com destaque para o crescimento entre 2019 e 2020 (de 12,7 para 27,9 casos por 100 mil habitantes). Após pequena queda em 2021, o indicador voltou a subir em 2022, chegando a 29,1, e fechou 2023 em 26. Esse comportamento indica a

persistência da violência doméstica como um problema estrutural em nível estadual, exigindo políticas públicas robustas e permanentes para prevenção, acolhimento e responsabilização dos agressores, além de ampliação do acesso das vítimas aos serviços de proteção (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Ourilândia do Norte, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres começou em nível elevado (48,9% em 2019), mas sofreu queda acentuada nos anos seguintes, chegando ao ponto mais baixo em 2021, com 37,5%. A partir de então, houve recuperação gradual, encerrando 2023 com 44,5%. Essa trajetória pode refletir impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho feminino e posterior retomada. Apesar da recuperação, o nível atual ainda é inferior ao de 2019, o que demonstra que a equidade de gênero em posições de liderança ainda enfrenta barreiras relevantes no município (Gráfico 10).



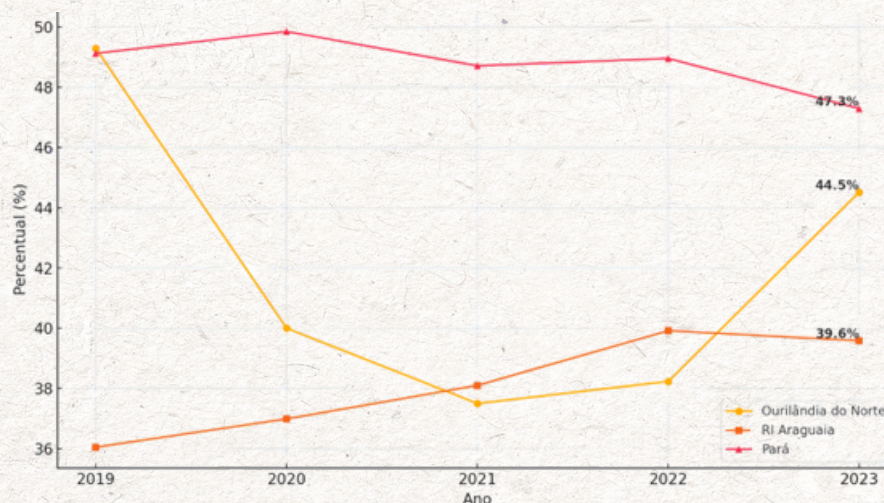


Na Região de Integração Araguaia, o indicador evoluiu de forma mais estável. Em 2019, o percentual era de 36%, e aumentou progressivamente até 2022, quando alcançou 39,9%, mantendo-se quase constante em 2023 (39,6%). Essa tendência revela um crescimento lento, mas contínuo da presença feminina em cargos gerenciais na região. A evolução aponta avanços na inclusão de mulheres no espaço de liderança, embora ainda abaixo do ideal de paridade, indicando a necessidade de incentivos e políticas corporativas voltadas à promoção da igualdade de gênero (Gráfico 10).

Já no Estado do Pará, o percentual manteve-se em patamar mais alto e relati-

vamente estável ao longo do período, oscilando entre 48,8% e 49,8% nos primeiros anos, com leve queda para 47,3% em 2023. A estabilidade do indicador estadual sugere um ambiente mais favorável à ocupação de cargos gerenciais por mulheres em comparação ao município e à região, possivelmente impulsionado por políticas públicas estaduais ou maior presença do setor público (onde a paridade tende a ser maior). Ainda assim, a recente queda reforça a importância de vigilância contínua para evitar retrocessos na representatividade feminina em posições de comando (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,5 % enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50% . Portanto, a meta não foi alcançada .



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Ourilândia do Norte, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou tendência de queda contínua entre 2019 e 2023. O indicador passou de 6,4% em 2019 para apenas 4,7% em 2023, indicando um retrocesso na inclusão dos grupos mais vulneráveis aos serviços de saneamento. Essa redução pode refletir tanto a estagnação em novas ligações de esgoto quanto um possível crescimento da população de baixa renda não acompanhado pela expansão da infraestrutura básica, revelando falhas na equidade da política de saneamento (Gráfico 11).



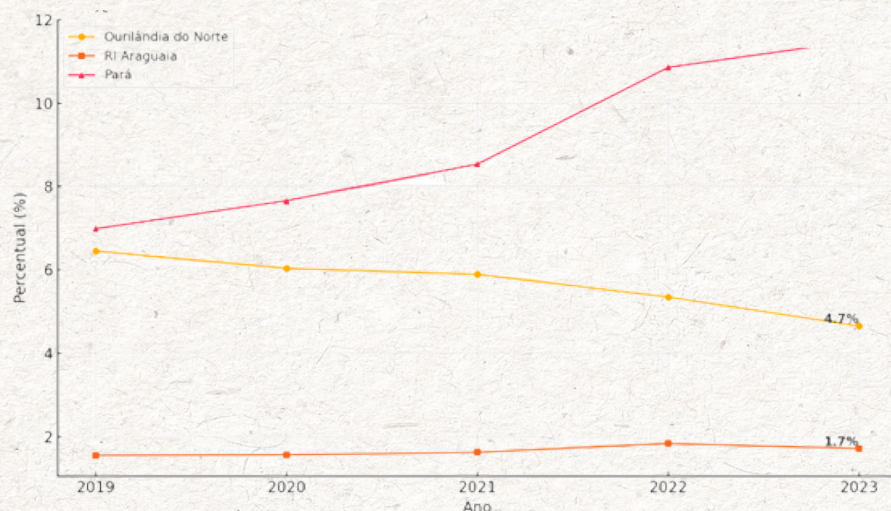
Na Região de Integração Araguaia, os percentuais foram consistentemente baixos ao longo do período, variando entre 1,5% e 1,8%, o que evidencia a precariedade histórica da cobertura de esgoto entre a população de baixa renda nessa região. Apesar de ligeira melhora em 2022, com um pico de 1,8%, o índice retornou para 1,7% em 2023. Essa estabilidade em patamares reduzidos revela um problema crônico de acesso e indica que os investimentos em infraestrutura sanitária têm sido insu-

ficientes para atender de forma justa a população mais pobre (Gráfico 11).

Por outro lado, o Estado do Pará apresentou uma evolução bastante positiva nesse indicador. O percentual subiu de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento contínuo ao longo dos anos, especialmente entre 2021 e 2022. Esse avanço sugere a implementação de políticas públicas com foco na universalização dos serviços de saneamento, em especial voltadas às comunidades de baixa renda.

Apesar do progresso, o valor ainda revela que quase 90% dessa população permanece sem acesso à coleta de esgoto, apontando para a urgência de ampliação e aceleração dessas iniciativas (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Ourilândia do Norte manteve um patamar elevado de gastos per capita com saneamento básico ao longo do período, variando entre R\$ 172 e R\$ 267. Apesar de uma queda significativa entre 2020 e 2021, o município voltou a intensificar os investimentos a partir de 2022, culminando no maior valor da série em 2023. Esse comportamento demonstra um compromisso orçamentário expressivo com o setor, embora os resultados práticos, como a cobertura de esgoto na população de baixa renda, não tenham acompanhado proporcionalmente esse esforço financeiro (Gráfico 12).

A Região de Integração Araguaia, por sua vez, teve o menor nível de gasto per capita entre os três recortes analisados, embora com crescimen-

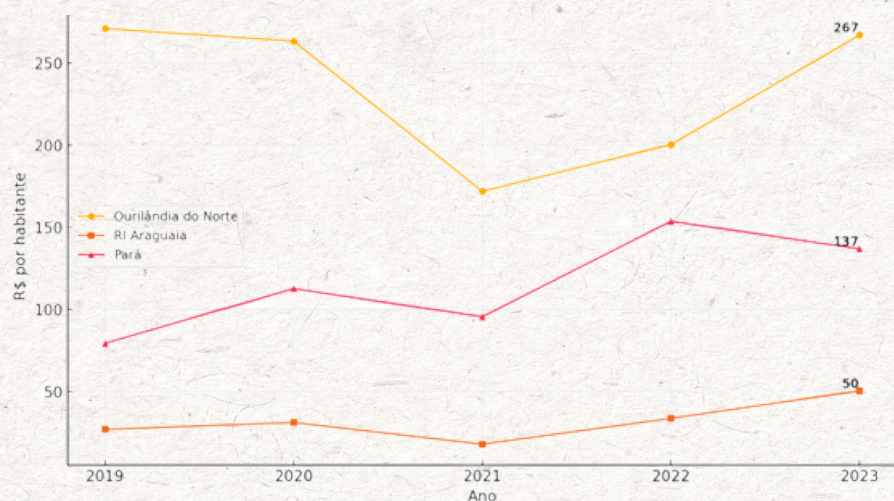
to moderado ao longo do período. Os valores subiram de R\$ 28 em 2019 para R\$ 50 em 2023, sinalizando um avanço, ainda que tímido, nos investimentos municipais na área. Esse crescimento pode representar o início de um processo de fortalecimento da política de saneamento na região, mas o nível atual de despesa ainda está muito aquém das necessidades para uma transformação significativa na infraestrutura sanitária (Gráfico 12).

O Estado do Pará apresentou uma trajetória de gastos per capita com maiores oscilações, começando com R\$ 79 em 2019, atingindo um pico de R\$ 152 em 2022, e recuando para R\$ 137 em 2023. A elevação até 2022 pode estar associada à retomada de inves-

timentos públicos pós-pandemia e ao avanço de programas estruturantes, enquanto a leve redução em 2023 pode indicar ajustes fiscais ou conclusão de grandes obras. Mesmo com a retração, o patamar ainda é superior ao de início da série, evidenciando uma tendência de valorização do saneamento na agenda pública estadual (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 267/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Em Ourilândia do Norte, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento contínuo no período de 2019 a 2023, passando de cerca de 890 kWh/hab. para 1.109 kWh/hab. Esse crescimento gradual pode ser reflexo da expansão da rede elétrica, aumento do acesso domiciliar à energia e, possivelmente, de uma elevação no uso de eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos, especialmente em função da digitalização e da maior permanência domiciliar durante e após a pandemia (Gráfico 13).

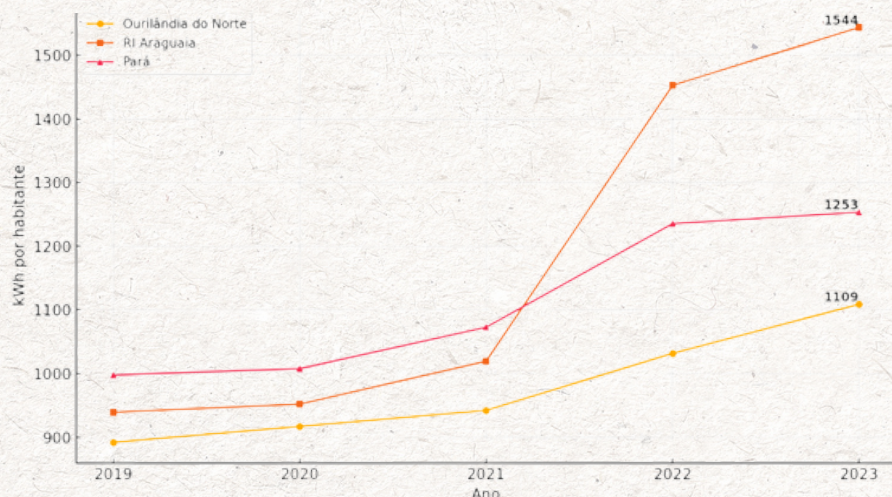
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi ainda mais expressivo, saltando de 940 kWh/hab. em 2019 para 1.544 kWh/hab. em 2023. O avanço mais acentuado ocorreu a partir de 2021, sugerindo investimentos significativos em infraestrutura energética ou mudanças nos hábitos de consumo da população. Esse crescimento pode refletir não apenas melhorias na cobertura elétrica, mas também aquecimento econômico regional com maior atividade residencial e produtiva (Gráfico 13).

O Estado do Pará como um todo

também registrou aumento constante no consumo per capita, indo de cerca de 998 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Embora o crescimento tenha sido menos acelerado que na RI Araguaia, a evolução contínua demonstra avanços na universalização do acesso à energia e no consumo energético médio da população paraense. O aumento pode estar associado a programas de eletrificação rural e expansão urbana, consolidando uma tendência de desenvolvimento e modernização energética no estado (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1109 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Ourilândia do Norte, o percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizam iluminação baseada em fontes fósseis teve uma redução moderada ao longo do período. O índice começou em 2,3% em 2019, manteve-se quase estável até 2021, e caiu para 1,9% em 2023. Embora a redução seja modesta, ela indica avanços em termos de substituição da iluminação precária por soluções baseadas em eletricidade, refletindo melhorias na infraestrutura de energia elétrica nos setores mais vulneráveis da população (Gráfico 14).



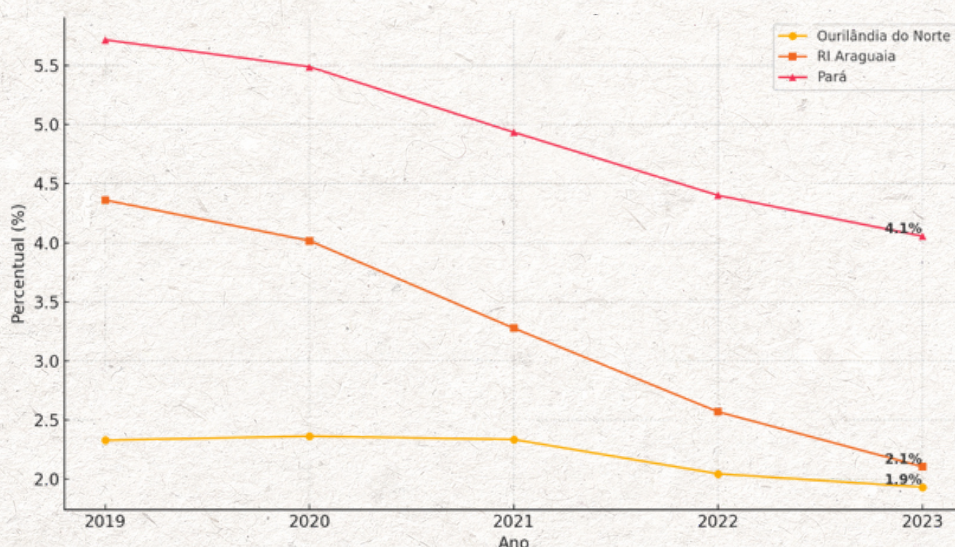
Na Região de Integração Araguaia, a queda foi mais pronunciada, indo de 4,4% em 2019 para 2,1% em 2023. Esse recuo mais acentuado revela maior eficácia regional nas políticas de combate à pobreza energética. A redução contínua pode ser atribuída à interiorização da rede elétrica, ao fortalecimento de programas sociais como a Tarifa Social de Energia Elétrica e à substituição gradual de fontes ineficientes por sistemas elétricos mais acessíveis, especialmente em áreas rurais e periféricas (Gráfico 14).

O Estado do Pará também apresentou declínio sistemático

no percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil, saindo de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Apesar de o nível ainda ser superior ao registrado na RI Araguaia e em Ourilândia, a tendência de queda indica avanço na universalização da energia elétrica. A permanência de níveis relativamente altos, porém, aponta para a necessidade de políticas mais incisivas e focalizadas para erradicar completamente a dependência de fontes fósseis nos lares mais pobres, especialmente em localidades isoladas e de difícil acesso (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

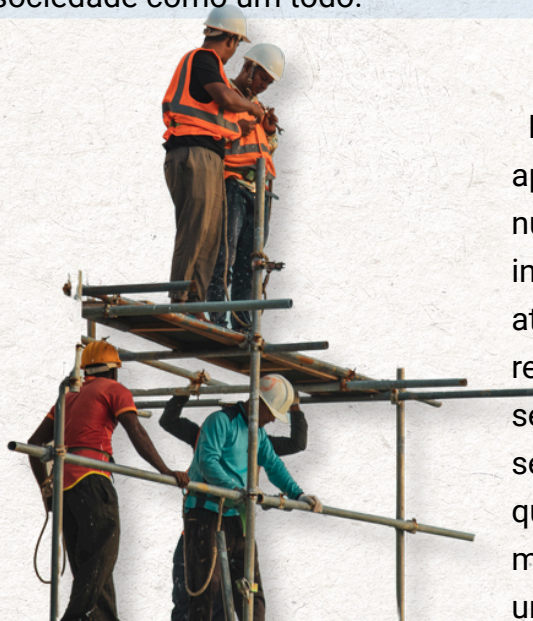
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

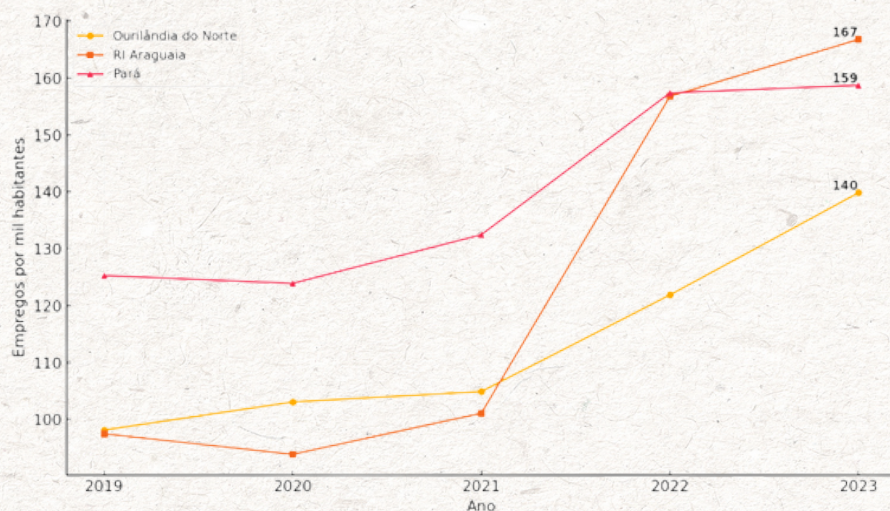
Entre 2019 e 2023, o município de Ourilândia do Norte apresentou uma trajetória de crescimento contínuo no número de empregos formais por mil habitantes. Em 2019, o indicador estava em 98,5 e avançou progressivamente até atingir 140 em 2023. Esse crescimento pode ser atribuído à recuperação econômica pós-pandemia, à expansão de setores estratégicos da economia local, como mineração e serviços, e a políticas públicas ou investimentos privados que impulsionaram a geração de empregos formais. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2023, o que sugere um ambiente favorável ao mercado de trabalho nesse período (Gráfico 15).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento do indicador foi ainda mais dinâmico. Após uma leve queda entre 2019 (97,5) e 2020 (93,4), a região registrou uma recuperação significativa, especialmente entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou de 101 para 157, encerrando 2023 com 167 empregos formais por mil habitantes – o maior valor entre os três recortes analisados. Esse desempenho reflete um aquecimento expressivo da economia regional, com provável atração de novos empreendimentos e ampliação de oportunidades formais de trabalho, o que pode ter sido impulsionado por políticas de desenvolvimento regional ou infraestrutura produtiva (Gráfico 15).

No estado do Pará como um todo, o indicador também apresentou crescimento, embora de forma mais gradual. Partindo de 125 empregos formais por mil habitantes em 2019, o estado alcançou 159 em 2023. O crescimento foi mais acentuado a partir de 2021, acompanhando a tendência nacional de recuperação do mercado de trabalho formal após os impactos da pandemia. O comportamento estadual reflete a consolidação de setores-chave da economia paraense, como o agronegócio, mineração e logística, mas também evidencia o desafio de garantir que esse crescimento chegue de maneira equilibrada a todas as regiões, dado o destaque superior da RI Araguaia (Gráfico 15).

Em Ourilândia do Norte, o PIB per capita cresceu significativamente ao longo do período, passando de aproximadamente R\$ 18,9 mil em 2018 para R\$ 39,4 mil em 2022. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, quando o valor saltou de R\$ 23,3 mil para R\$ 38,7 mil, sugerindo uma forte expansão da atividade econômica local, possivelmente associada ao setor industrial ou à exploração mineral. Esse desempenho colocou o município acima das médias estadual e regional a partir de 2021, refletindo uma

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 140 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



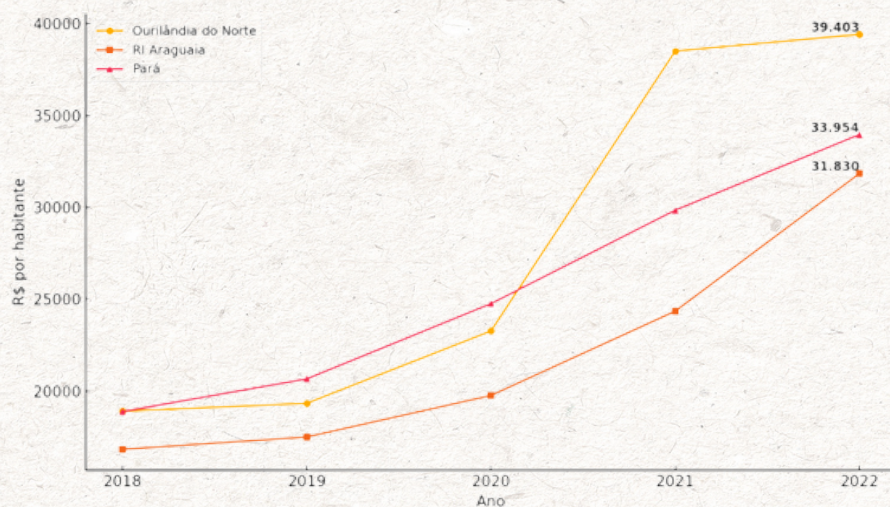
aceleração no desenvolvimento econômico em comparação com os demais recortes territoriais (Gráfico 16).

Na Região de Integração Araguaia, o PIB per capita apresentou crescimento contínuo, partindo

de R\$ 17,1 mil em 2018 e chegando a R\$ 31,8 mil em 2022. Apesar de a evolução ser menos acentuada que a observada em Ourilândia, a região demonstrou uma tendência clara de dinamização econômica, sobretudo a partir de 2020, o que pode indicar melhorias em setores produtivos locais ou maior integração com cadeias de valor regionais e estaduais. O crescimento mais intenso entre 2021 e 2022 reforça a hipótese de recuperação econômica após os impactos iniciais da pandemia (Gráfico 16).

O Estado do Pará também apresentou evolução positiva do PIB per capita, que cresceu de R\$ 19 mil em 2018 para R\$ 33,9 mil em 2022. O avanço foi mais estável, com incrementos consistentes ao longo dos anos, e com destaque para o biênio 2020-2022, período em que o crescimento foi acelerado. Esse comportamento sugere um processo de fortalecimento econômico em nível estadual, impulsionado por setores como mineração, agronegócio e exportações, além de uma recuperação mais vigorosa frente ao cenário de retração econômica nacional no início da década (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 39.406/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Ourilândia do Norte apresentou um crescimento notável na participação da indústria no PIB municipal entre 2018 e 2022, saltando de 20,5% para 46%. Essa transformação indica um processo de industrialização acentuado, com provável protagonismo de atividades extrativas e de transformação ligadas à mineração e seus encadeamentos produtivos. A inflexão mais forte se deu entre 2020 e 2021, com aumento de quase 12 pontos percentuais em um ano, refletindo investimentos de porte ou expansão significativa da capacidade produtiva industrial no município (Gráfico 17).

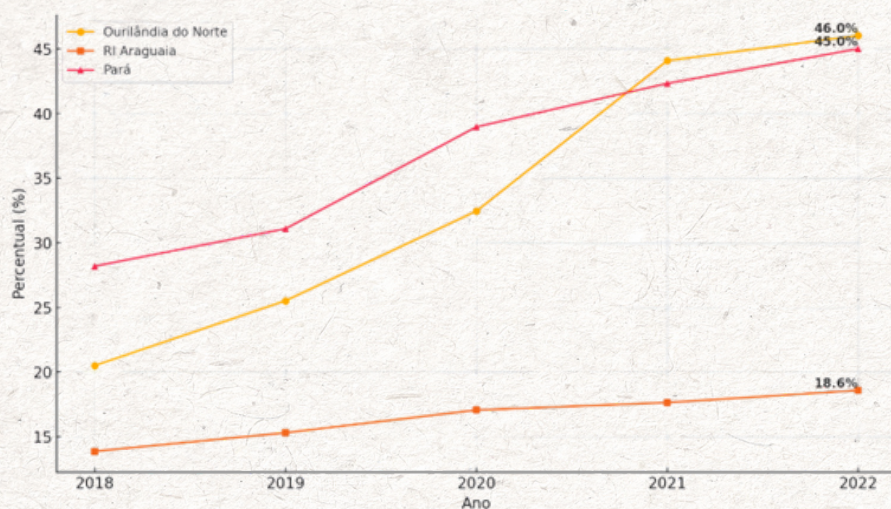
Na Região de Integração Araguaia, o valor adicionado da indústria teve crescimento mais modesto, saindo de 13,7% em 2018 para 18,6% em 2022. Apesar do aumento gradual e constante, a indústria ainda representa uma fração relativamente pequena da economia regional, indicando uma base produtiva menos dependente do setor industrial e possivelmente mais centrada na agropecuária ou nos serviços. A estabilidade sugere ausência de investimentos industriais disruptivos, mas também aponta para oportunidades futuras de diversificação econômica regional (Gráfico 17).

O Estado do Pará, por sua vez, apresentou um crescimento expressivo na participação da indústria no PIB, passando de 28,2% em 2018 para 45% em 2022. Essa elevação contínua evidencia a força do setor industrial no estado, impulsionada principalmente pela mineração, siderurgia e produção de energia. O aumento foi especialmente forte entre 2019 e 2021, e revela a centralidade da indústria na geração de valor econômico no Pará, reforçando sua condição de estado exportador de commodities e com alta concentração de atividades produtivas de grande escala (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Ourilândia do Norte apresentou crescimento constante, partindo de 4,1 e chegando a 9 profissionais ao final do período. Embora o patamar absoluto ainda seja baixo em relação às demais regiões, a trajetória positiva indica avanços graduais na atração ou formação de profissionais científicos no município.



Esse crescimento pode estar associado a políticas locais de incentivo à educação superior, fortalecimento de setores tecnológicos ou iniciativas voltadas à inovação e pesquisa (Gráfico 18).

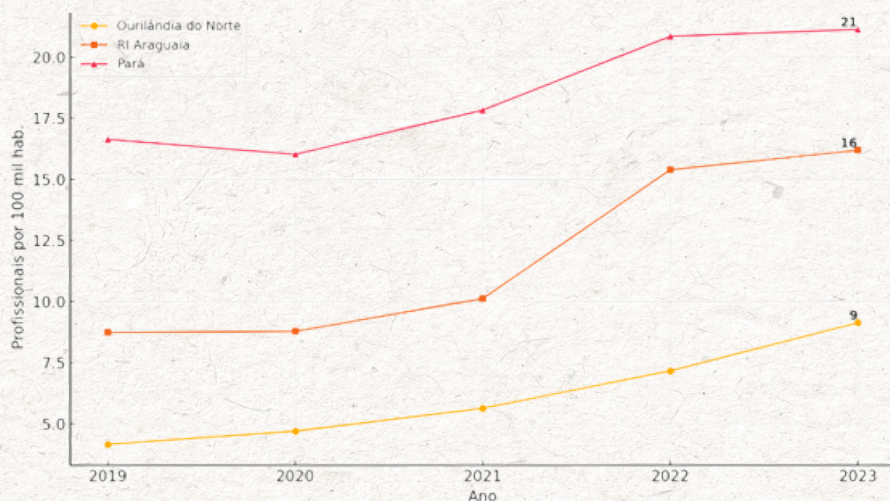
Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi mais expressivo e com uma inflexão significativa a partir de 2021.

O indicador saltou de 10,1 para 15,5 entre 2021 e 2022, encerrando 2023 com 16 profissionais por 100 mil habitantes. Essa elevação pode sinalizar um fortalecimento das instituições de ensino, centros de pesquisa ou expansão de atividades técnicas e científicas na região. O comportamento revela um ambiente mais favorável à consolidação de uma base científica regional, com potencial impacto positivo sobre o desenvolvimento econômico e tecnológico (Gráfico 18).

O Estado do Pará também apresentou aumento contínuo no número de profissionais da ciência, passando de 16,7 em 2019 para 21 em 2023. Apesar de já apresentar um patamar elevado no início da série, o

crescimento indica esforços contínuos para fortalecer a base científica estadual. Esse avanço pode estar ligado a investimentos públicos em ciência e tecnologia, expansão de programas de pós-graduação, ou ampliação da atuação de instituições como universidades e centros tecnológicos. O desempenho do Pará sugere uma política estadual consistente de valorização da ciência, embora os desafios para interiorização desses profissionais ainda persistam (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



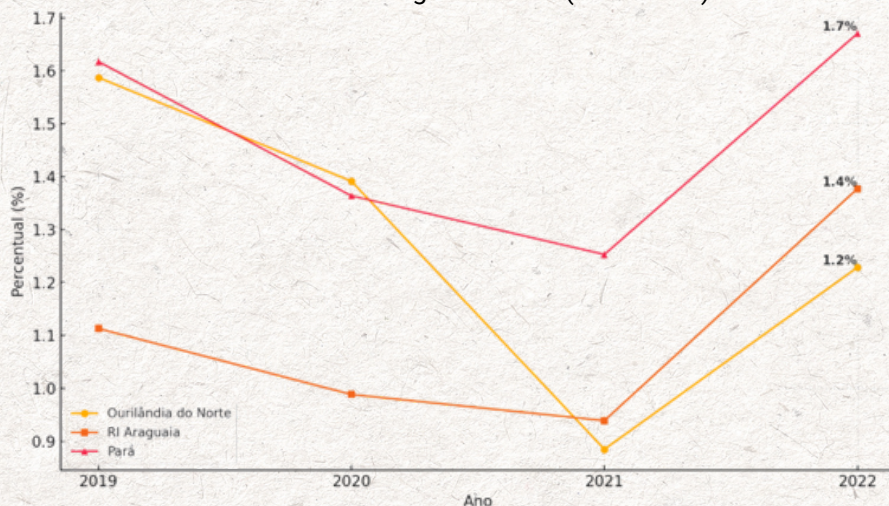
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Ourilândia do Norte apresentou uma trajetória descendente até 2021, seguida por uma recuperação em 2022, 1,2%. O indicador caiu de 1,59% em 2019 para 0,89% em 2021, o que indica que, apesar da geração de empregos formais observada no período, o crescimento do PIB superou proporcionalmente o avanço da remuneração desses vínculos. Essa diferença pode estar relacionada ao aumento de setores com menor intensidade salarial ou à elevação do PIB puxada por atividades de capital intensivo, como a indústria extrativa (Gráfico 19).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi semelhante, com queda entre 2019 (1,11%) e 2021 (0,94%), e posterior alta em 2022, quando o percentual atingiu 1,4%. Esse movimento indica um desequilíbrio temporário entre o crescimento da produção econômica e o avanço da massa salarial dos trabalhadores formais. A recuperação mais acentuada em 2022 pode refletir reajustes salariais, formalização de vínculos ou fortalecimento do mercado de trabalho após os impactos da pandemia, com setores mais labor-intensivos ganhando relevância na composição do PIB regional (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador também apresentou queda entre 2019 e 2021, indo de 1,62% para 1,26%, mas se destacou por registrar o maior valor entre os três recortes em 2022, com 1,7%. Esse resultado sugere uma revalorização do trabalho formal na composição do PIB estadual, especialmente após o período mais crítico da pandemia. A elevação pode indicar uma reestruturação do mercado de trabalho, com ampliação da formalidade, aumento da renda média ou expansão de setores mais intensivos em mão de obra formal, como construção civil, serviços e indústria de transformação (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Acesso à Telefonia Móvel

Ourilândia do Norte apresentou um crescimento expressivo no número de linhas de telefonia móvel por 100 habitantes ao longo do período analisado, passando de 57,6 em 2019 para 104 em 2023. A principal inflexão ocorreu entre 2020 e 2021, quando o indicador saltou de 54,5 para 89,1, possivelmente impulsionado pela intensificação do uso de dispositivos móveis durante a pandemia, que exigiu maior conectividade para fins de trabalho, educação e serviços. A continuidade da elevação até 2023 indica uma consolidação do acesso e do uso de telefonia móvel como bem essencial no município (Gráfico 20).

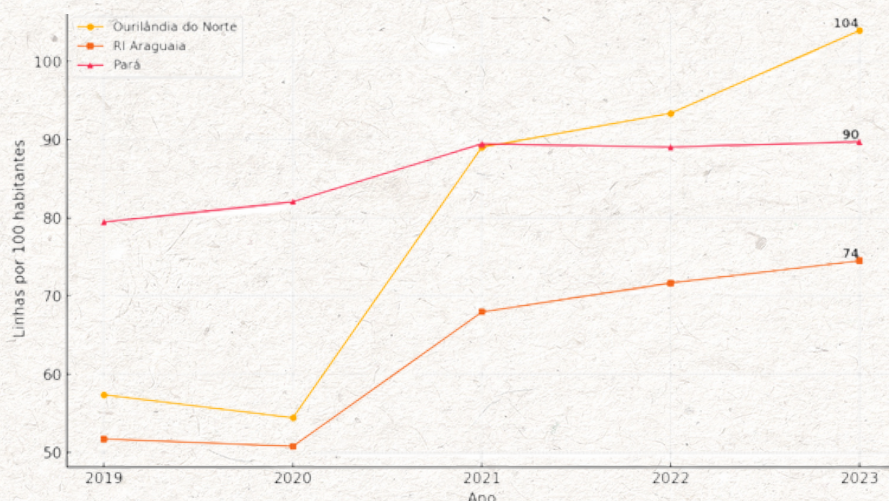
Na Região de Integração Araguaia, a evolução foi mais gradual, partindo de 51,6 em 2019 e chegando a 74 em 2023. O crescimento também ganhou força a partir de 2021, mas em um ritmo mais moderado do que o verificado em Ourilândia. A tendência de crescimento constante sugere avanços na cobertura das operadoras, melhoria da infraestrutura digital e maior acessibilidade aos serviços móveis. Ainda assim, o patamar final permanece abaixo da média estadual, indicando que há espaço para ampliar a inclusão digital na região (Gráfico 20).

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

O Estado do Pará manteve uma trajetória de crescimento estável e consistente, com aumento de 79,6 para 90 linhas móveis por 100 habitantes entre 2019 e 2023. O crescimento mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, refletindo a adaptação ao contexto pandêmico, seguido por uma estabilização nos dois anos seguintes. O patamar alcançado é indicativo de uma boa penetração dos serviços móveis no estado, embora os valores acima de 100, como o de Ourilândia em 2023, revelem que alguns municípios estão avançando de forma mais acelerada nesse aspecto (Gráfico 20).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 104 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

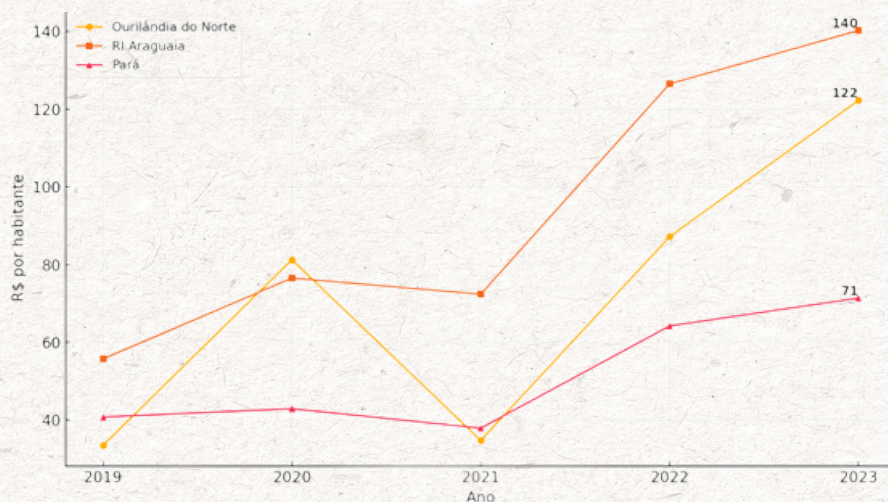
Em Ourilândia do Norte, as despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental oscilaram consideravelmente no período analisado. O município iniciou 2019 com R\$ 33 por habitante, teve um pico em 2020 (R\$ 81), caiu para R\$ 34 em 2021 e, a partir de então, passou a crescer de forma consistente até atingir R\$ 122 em 2023. Essa trajetória reflete um período de instabilidade seguido de forte recuperação, o que pode ter sido impulsionado por políticas de retomada pós-pandemia, revalorização da cultura local e maior atenção à pauta ambiental (Gráfico 21).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentou comportamento mais estável e crescente. Os gastos passaram de R\$ 56 por habitante em 2019 para R\$ 140 em 2023, com uma queda leve apenas em 2021. Essa trajetória contínua sugere um fortalecimento institucional da área cultural e ambiental na região, possivelmente com investimentos estruturantes ou programas regionais que consolidaram a política pública nesses eixos. A posição de destaque em relação aos demais recortes evidencia o protagonismo regional em cultura e meio ambiente (Gráfico 21).

O Estado do Pará também apresentou crescimento nas despesas per capita com cultura e gestão ambiental, embora em níveis mais modestos. De R\$ 40 por habitante em 2019, os valores aumentaram para R\$ 71 em 2023, com oscilações intermediárias. Esse crescimento gradual pode refletir uma política estadual mais conservadora ou progressiva, com foco na ampliação dos serviços públicos de base cultural e ambiental, mas ainda com desafios de cobertura e intensidade em municípios menores. Mesmo assim, o avanço sinaliza a importância crescente desses

temas na agenda de investimento público estadual (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



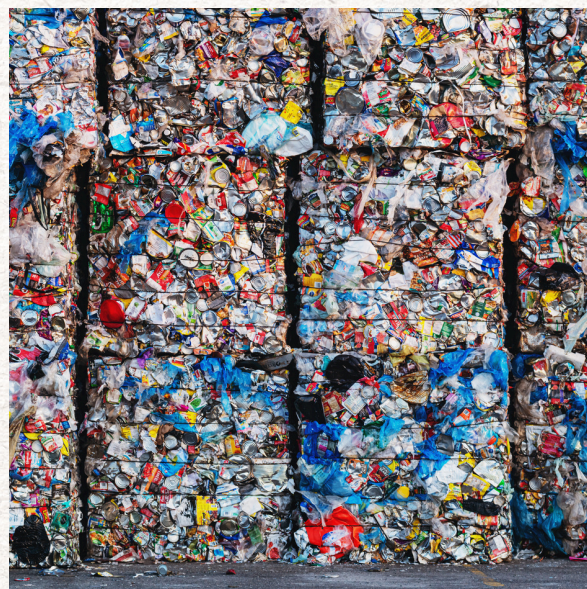
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

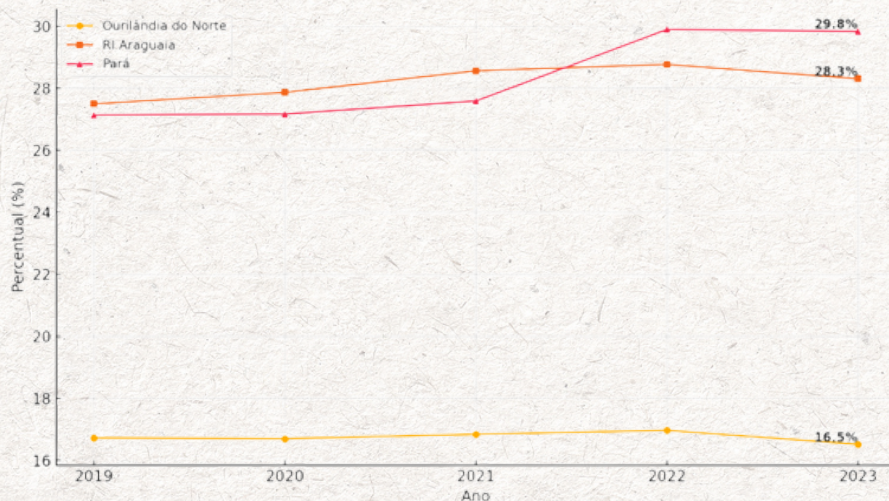
Em Ourilândia do Norte, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se relativamente estável durante o período, variando levemente de 16,7% em 2019 para 16,5% em 2023. Essa estabilidade em patamar inferior ao das demais regiões analisadas podem indicar que o município dispõe de uma cobertura razoável de serviços de coleta de resíduos sólidos, mesmo entre a população mais vulnerável. Ainda assim, o dado evidencia que uma fração considerável das famílias de baixa renda ainda recorre a métodos informais de descarte, o que pode implicar em riscos ambientais e de saúde pública (Gráfico 22).

Na Região de Integração Araguaia, os percentuais foram bem mais elevados, oscilando entre 27,4% e 28,7% durante o período, com pequena queda em 2023. Esse comportamento revela um problema persistente de ausência de coleta regular ou políticas eficazes de manejo de resíduos em áreas vulneráveis da região. A ausência de variações significativas indica estagnação na resolução do problema, com necessidade urgente de políticas integradas de saneamento que contemplem também a educação ambiental (Gráfico 22).

O Estado do Pará como um todo apresentou crescimento nesse indicador, passando de 27,1% em 2019 para 29,8% em

2023. A elevação mais expressiva ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode estar relacionado a impactos econômicos pós-pandemia ou à limitação de expansão dos serviços de limpeza urbana em áreas periféricas. O patamar elevado e crescente é preocupante, pois indica retrocessos na inclusão da população de baixa renda em sistemas regulares de coleta, ressaltando a necessidade de maior investimento em infraestrutura e planejamento urbano sustentável (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,5, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

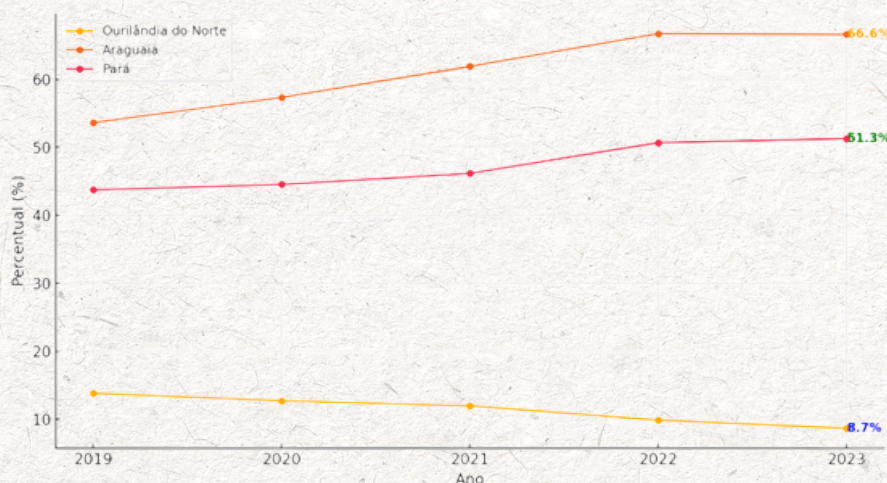
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Ourilândia do Norte apresentou uma redução constante e significativa no percentual da população de baixa renda com fossa rudimentar, que caiu de 13,8% em 2019 para apenas 8,7% em 2023. Essa trajetória positiva aponta para avanços concretos em políticas de saneamento básico, especialmente voltadas à substituição de soluções precárias por alternativas mais adequadas de esgotamento sanitário. A queda contínua evidencia esforços locais na melhoria das condições sanitárias da população mais vulnerável, o que pode ter reflexos positivos na saúde pública (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, por outro lado, o indicador evoluiu negativamente, subindo de 53,6% em 2019 para 66,6% em 2023. O crescimento constante revela a expansão do uso de fossas rudimentares, o que pode estar relacionado tanto à falta de cobertura da rede de esgoto quanto ao crescimento desordenado de áreas urbanas ou rurais sem infraestrutura adequada. Essa realidade demanda ações urgentes para reverter a tendência, com investimentos em sistemas de saneamento coletivo ou alternativas seguras para áreas descentralizadas (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, por outro lado, o indicador evoluiu negativamente, subindo de 53,6% em 2019 para 66,6% em 2023. O crescimento constante revela a expansão do uso de fossas rudimentares, o que pode estar relacionado tanto à falta de cobertura da rede de esgoto quanto ao crescimento desordenado de áreas urbanas ou rurais sem infraestrutura adequada. Essa realidade demanda ações urgentes para reverter a tendência, com investimentos em sistemas de saneamento coletivo ou alternativas seguras para áreas descentralizadas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Ourilândia do Norte, os gastos per capita com prevenção de desastres mostraram uma variação significativa ao longo do período, com destaque para picos de investimento em 2020 (R\$ 632) e, especialmente, em 2022 (R\$ 807). Esses picos podem estar associados à implementação de planos de contingência, obras preventivas ou resposta a eventos climáticos extremos. Apesar da queda em 2023 para R\$ 736, o valor permanece elevado e muito acima da média regi-

onal e estadual, sugerindo uma política municipal proativa ou reativa robusta no enfrentamento a desastres (Gráfico 24).

Na Região de Integração Araguaia, os valores foram mais moderados, mas com crescimento consistente. Os gastos passaram de R\$ 221 em 2019 para R\$ 445 em 2023, com um crescimento mais acentuado a partir de 2021. Essa tendência pode indicar o fortalecimento de políticas públicas de resiliência frente a riscos ambientais,





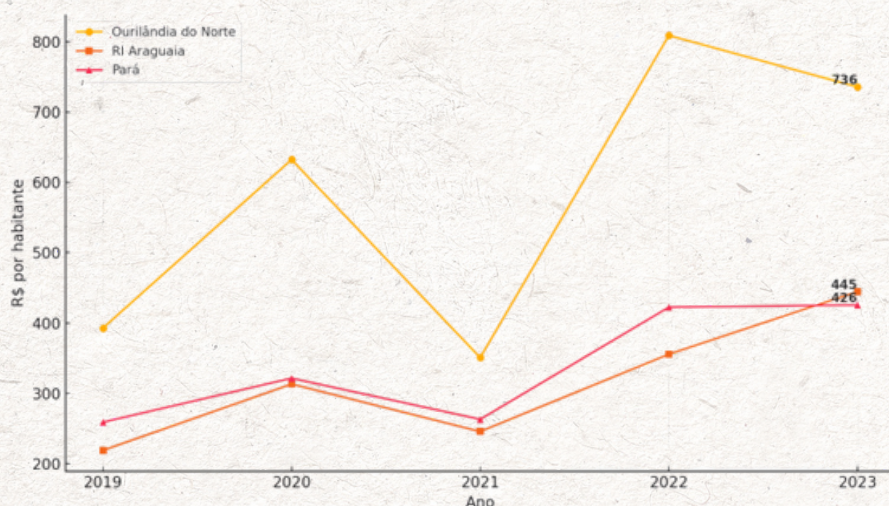
talvez em função do aumento da frequência ou da severidade de eventos climáticos. O comportamento crescente demonstra preocupação regional crescente com a redução de vulnerabilidades territoriais (Gráfico 24).

O Estado do Pará também apresentou evolução ascendente no indicador, partindo de

R\$ 262 per capita em 2019 para R\$ 426 em 2023. O aumento é relevante, especialmente entre 2021 e 2022, o que pode refletir uma intensificação das políticas de proteção civil no contexto pós-pandêmico e de mudanças climáticas. Embora os valores sejam menores do que os de Ourilândia do Norte, o cresci-

mento contínuo sugere uma progressiva institucionalização da gestão de riscos e desastres no plano estadual (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 736/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14

VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Ourilândia do Norte apresentou um patamar extremamente baixo e irregular de investimento per capita em preservação aquática durante o período analisado. Os valores variaram de R\$ 0 em 2019 e 2021 para R\$ 7 em 2020 e apenas R\$ 1 em 2023. Essa ausência de consistência ou prioridade orçamentária aponta para uma lacuna relevante na política ambiental local, especialmente considerando o contexto amazônico e a importância dos recursos hídricos para a biodiversidade e segurança hídrica da região (Gráfico 25).



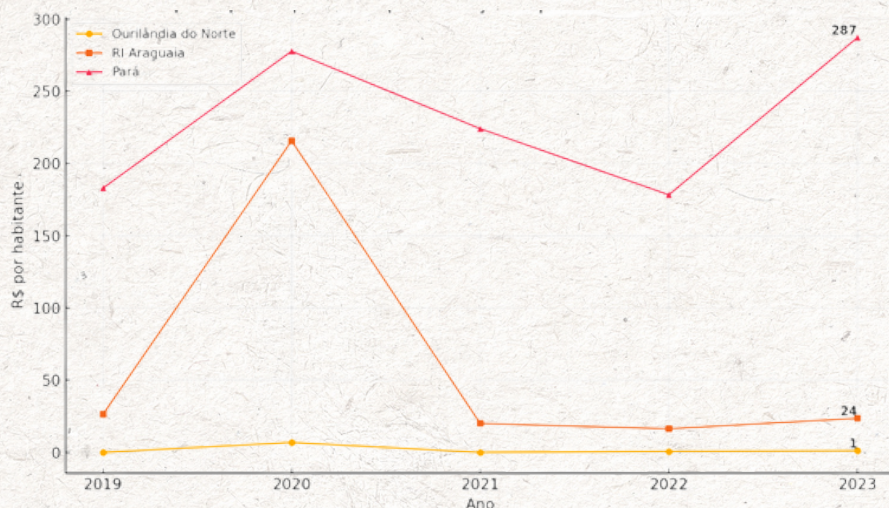
Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi mais dinâmico, com um pico expressivo em 2020 (R\$ 216), seguido por forte redução nos anos seguintes e uma leve recuperação até R\$ 24 em 2023. A oscilação pode indicar a execução pontual de projetos específicos naquele ano, como programas de revitalização de corpos hídricos, mas sem uma continuidade sistemática.

O valor atual, ainda baixo, revela a necessidade de maior estruturação de políticas voltadas à conservação aquática na escala regional (Gráfico 25).

O Estado do Pará, por sua vez, manteve o maior e mais constante volume de investimentos no indicador. Os gastos passaram de R\$ 183 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com um pico em 2020 e recuperação expressiva em 2023.

Essa trajetória demonstra um comprometimento mais sólido com a agenda de proteção dos ecossistemas aquáticos, essencial para a manutenção do ciclo hidrológico, abastecimento urbano e preservação ambiental. O desempenho do estado destaca-se como referência, embora ainda haja espaço para intensificar a descentralização dos investimentos em municípios como Ourilândia (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Ourilândia do Norte, o percentual de área coberta por floresta manteve-se relativamente estável ao longo do período, variando de 65,3% em 2019 para 65,2% em 2023. Essa estabilidade em um patamar elevado revela uma boa conservação da vegetação nativa no município, mesmo diante das pressões regionais associadas à expansão agropecuária e extrativista. A leve oscilação positiva em 2022 sugere, possivelmente, esforços locais de reflorestamento ou ajustes metodológicos em mapeamentos de uso do solo (Gráfico 26).

Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentou um comportamento atípico. Entre 2019 e 2021, a cobertura florestal variou leve-

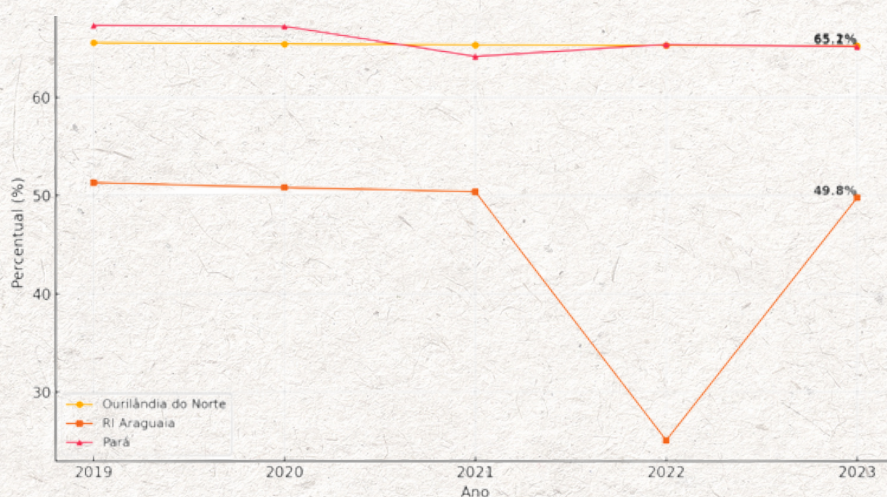
mente acima de 50%, mas sofreu uma queda abrupta em 2022, caindo para 25,6%, com posterior recuperação para 49,8% em 2023. Essa oscilação pode estar associada a um evento de desmatamento significativo, falhas no monitoramento remoto ou correções de base cartográfica. De todo modo, os dados revelam



uma alta vulnerabilidade da cobertura florestal na RI, exigindo maior controle ambiental e transparência metodológica (Gráfico 26).

O Estado do Pará apresentou uma tendência ligeiramente decrescente na cobertura florestal até 2021, seguida de leve recuperação, mantendo-se em torno de 65,2% em 2023. Ainda que o patamar seja relativamente alto, o declínio inicial pode sinalizar pressões antrópicas sobre as florestas, especialmente na região sudeste do estado. A estabilização nos dois últimos anos pode refletir os efeitos de políticas estaduais de controle do desmatamento e estímulo à conservação, embora ainda haja desafios na interiorização dessas ações (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Ourilândia do Norte, o percentual da área desmatada em relação à área total se manteve quase constante durante o período, oscilando levemente entre 12,2% e 12,4%. Esse comportamento estável sugere uma contenção efetiva das pressões por desmatamento, o que pode estar relacionado à existência de áreas protegidas, controle ambiental local ou à adoção de práticas sustentáveis. O dado reforça a imagem do município como um território que mantém grande parte de sua cobertura florestal intacta (Gráfico 27).

Na Região de Integração Araguaia, o cenário é mais preocupante. De 2019 a 2021, o percentual girou em torno de 39%, mas em 2022 houve um

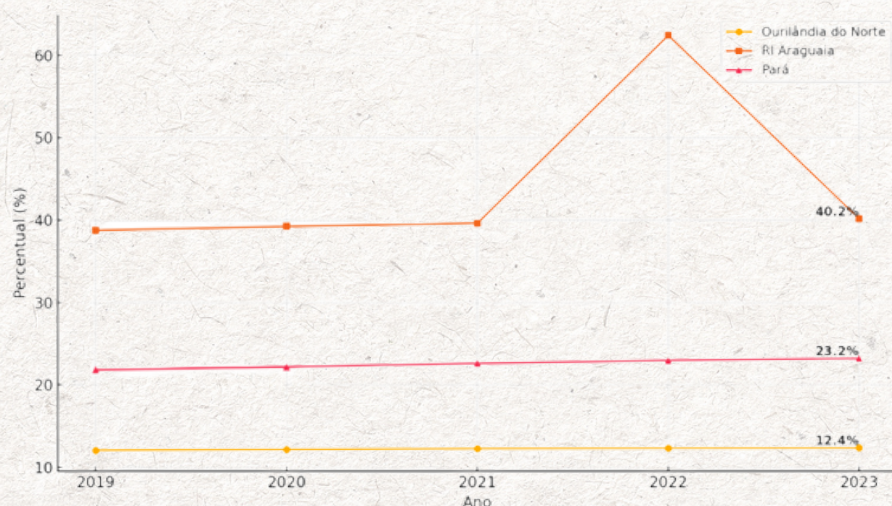
salto abrupto para 62,4%, seguido de queda para 40,2% em 2023. A elevação extrema pode estar associada a uma intensificação de atividades econômicas predatórias ou falhas na fiscalização ambiental, ao passo que a posterior redução pode indicar ações de contenção ou revisão metodológica. De qualquer forma, a região segue apresentando altos níveis de desmatamento acumulado, o que demanda ações urgentes e estruturais (Gráfico 27).

No Estado do Pará, o percentual de área desmatada apresentou crescimento contínuo, passando de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora o aumento seja relativamente pequeno, ele confirma uma tendência de avanço

avanço gradual da supressão vegetal, impulsionada por pressões econômicas e ocupação territorial desordenada. Esse cenário reforça a importância de ampliar a fiscalização, promover regularização fundiária e incentivar mecanismos econômicos que remunerem a conservação florestal, como o pagamento por serviços ambientais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

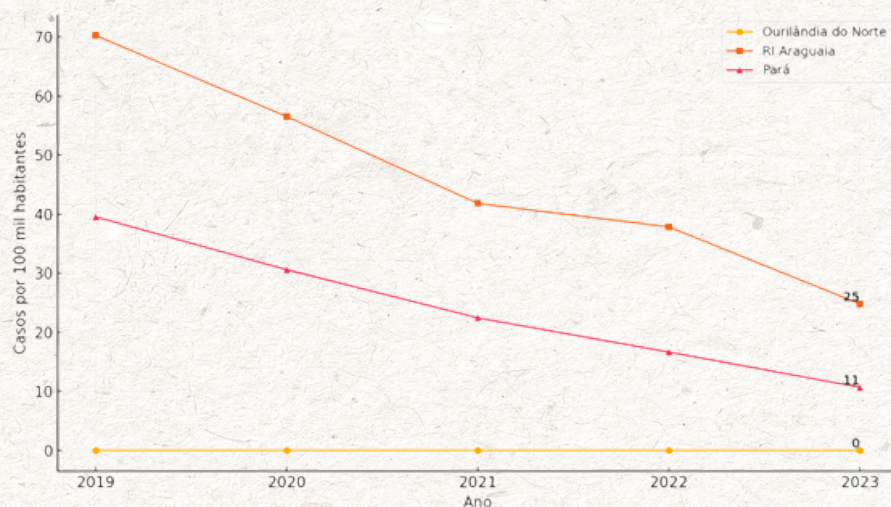
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Ourilândia do Norte, o gráfico indica ausência de registro de trabalho infantil em todo o período de 2019 a 2023, com a taxa se mantendo em zero casos por 100 mil habitantes. Esse dado pode refletir uma condição real de erradicação dessa prática no município, o que seria extremamente positivo do ponto de vista dos direitos da criança e do adolescente. Alternativamente, também é possível que haja subnotificação ou limitações nos mecanismos de identificação e denúncia, o que exigiria avaliação complementar da confiabilidade dos dados (Gráfico 28).

Na Região de Integração Araguaia, houve uma redução constante na taxa de trabalho infantil, que caiu de 70 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 25 em 2023. Essa trajetória de queda é expressiva e aponta para avanços importantes no combate ao trabalho precoce, possivelmente como resultado de políticas públicas, ações educativas, fiscalização trabalhista e fortalecimento da rede de proteção social. Ainda assim, o valor final permanece elevado, evidenciando que o problema persiste em escala regional e exige continuidade nas ações de enfrentamento (Gráfico 28).

No Estado do Pará, a tendência também foi de queda contínua: de 39 casos em 2019 para apenas 11 em 2023. A redução de mais de 70% no período demonstra avanços consistentes na diminuição da exploração infantil, com provável envolvimento de programas estaduais de educação, transferência de renda e campanhas de sensibilização. A comparação com a média da RI Araguaia mostra que o estado, de forma agregada, tem avançado mais rapidamente, mas ainda há disparidades locais que devem ser abordadas de forma focalizada (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Ourilândia do Norte apresentou oscilações significativas na taxa de homicídios ao longo do período. Partindo de 39 casos por 100 mil habitantes em 2019, o município experimentou um forte aumento em 2020 (72) e atingiu um pico em 2022 com 83 homicídios, seguido por queda para 59 em 2023. Esse comportamento revela instabilidade nos níveis de violência letal e possivelmente reflete a atuação de dinâmicas criminais locais, como conflitos agrários, tráfico ou falhas na segurança pública. A redução

recente, embora positiva, ainda deixa o município com uma taxa elevada, acima da média estadual (Gráfico 29).

Na Região de Integração Araguaia, a tendência foi mais moderada, com aumento entre 2019 e 2021, alcançando 54 homicídios por 100 mil habitantes, seguido de queda para 42 em 2023. A trajetória revela um padrão de alta violência, mas com tendência de redução nos anos mais recentes, possivelmente associada a intervenções policiais, políticas públicas de prevenção ou estabilização de conflitos. Ainda

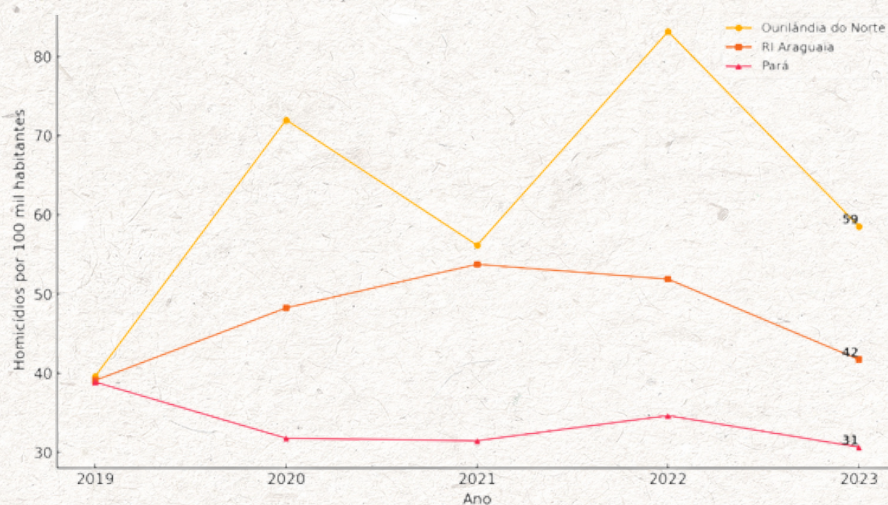
assim, o nível geral continua preocupante, exigindo ações estruturais em segurança e inclusão social (Gráfico 29).

O Estado do Pará apresentou um comportamento mais estável e com menor variação, mantendo-se entre 31 e 39 homicídios por 100 mil habitantes ao longo dos cinco anos. Esse nível já é elevado quando comparado a padrões internacionais, mas mostra relativa contenção das dinâmicas de violência letal em escala estadual. A estabilidade pode ser fruto de políticas estaduais de segurança públi-

ca e controle territorial, embora seja importante ressaltar que a média estadual oculta disparidades locais importantes, como evidenciado nos casos da RI Araguaia e de Ourilândia do Norte (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

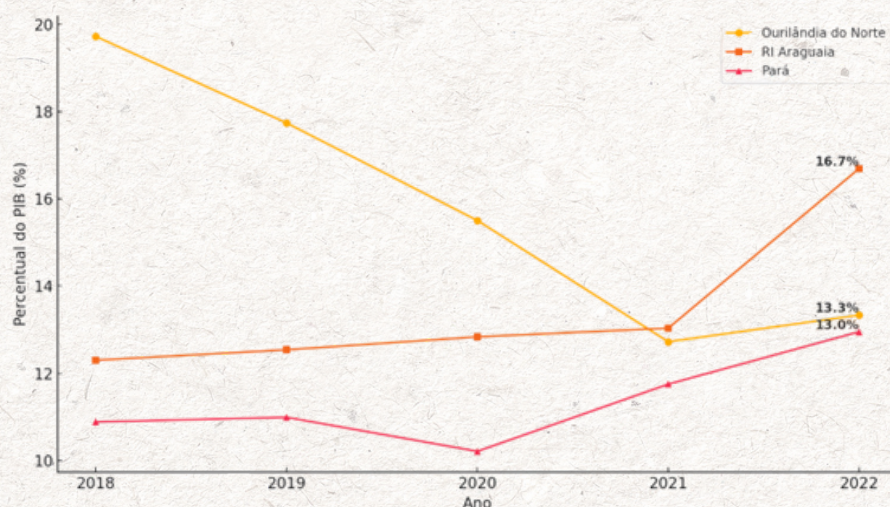
Entre 2018 e 2022, o município de Ourilândia do Norte apresentou uma tendência de queda acentuada no gasto público municipal como percentual do PIB, passando de 19,7% em 2018 para 12,8% em 2021, com uma leve recuperação para 13,3% em 2022. Essa retração pode estar relacionada ao crescimento do PIB local em ritmo superior ao da expansão das despesas públicas ou a uma política de ajuste fiscal. A queda significativa até 2021 pode também sinalizar contenção de gastos, reestruturação administrativa ou mudanças na composição orçamentária municipal (Gráfico 30).

Na Região de Integração Araguaia, o comportamento foi de crescimento constante durante o período, saltando de 12,3% em 2018 para 16,7% em 2022. Isso evidencia um fortalecimento da presença do gasto público na economia regional, possivelmente relacionado ao aumento de transferências intergovernamentais, investimentos em infraestrutura ou ampliação de serviços públicos. O destaque para 2022 pode indicar uma reação pós-pandemia, com intensificação de políticas públicas para retomada do desenvolvimento regional (Gráfico 30).

Já no Estado do Pará, o indicador oscilou levemente,

partindo de 10,9% em 2018, atingindo o menor ponto em 2020 (10,2%) e fechando 2022 em 13%. Essa variação mais moderada demonstra certa estabilidade fiscal em âmbito estadual, com leve expansão nos últimos dois anos. O crescimento em 2021 e 2022 pode estar associado a políticas de recuperação econômica, aumento de repasses a municípios e maior execução orçamentária em áreas prioritárias. Ainda assim, o patamar estadual permanece abaixo da média da RI Araguaia e próximo ao de Ourilândia em 2022 (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,3 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36% . Portanto, a meta não foi alcançada .

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Ourilândia do Norte apresentou uma evolução significativa na taxa de acesso à banda larga fixa, saindo de um patamar extremamente baixo (0,4 pontos por 100 habitantes) em 2019 para alcançar 17 pontos em 2023. Esse crescimento expressivo demonstra um forte avanço na infraestrutura de conectividade no município, o que pode estar relacionado à ampliação de investimentos privados, subsídios públicos ou maior demanda por conectividade, especialmente intensificada no contexto da pandemia. O dado de 2023 posiciona Ourilândia acima das médias da RI Araguaia e do estado, indicando

um salto tecnológico importante no período (Gráfico 31).

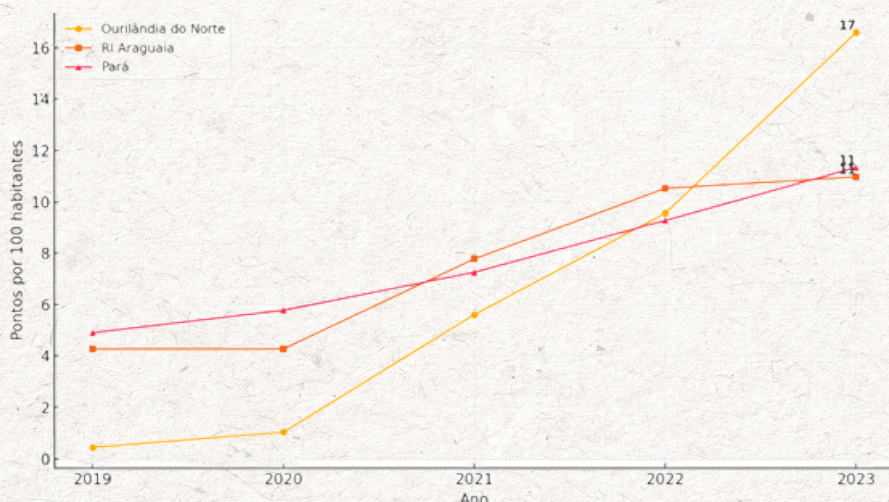
Na Região de Integração Araguaia, o indicador apresentou crescimento contínuo, partindo de 4,3 em 2019 e alcançando 11 pontos por 100 habitantes em 2023. Apesar do avanço, a taxa foi superada por Ourilândia a partir de 2023, o que sugere que o município teve um desempenho superior ao da sua região. O crescimento regional é consistente, o que pode indicar políticas públicas de incentivo à inclusão digital ou a expansão gradativa da cobertura por provedores regionais de internet fixa (Gráfico 31).

No Estado do Pará, a trajetória

foi igualmente positiva, com aumento gradual do indicador de 5,0 em 2019 para 11,1 em 2023. A progressão indica um processo de interiorização da banda larga fixa no estado, ainda que em ritmo inferior ao observado em Ourilândia do Norte. O avanço estadual pode ser reflexo de programas federais e estaduais de inclusão digital, bem como do aumento da competitividade entre empresas de telecomunicações. No entanto, a média ainda é relativamente baixa em comparação com parâmetros nacionais, o que destaca a importância de manter o ritmo de expansão da infraestrutura de conectividade, especialmente em áreas mais isoladas (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pontos/100 hab. enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



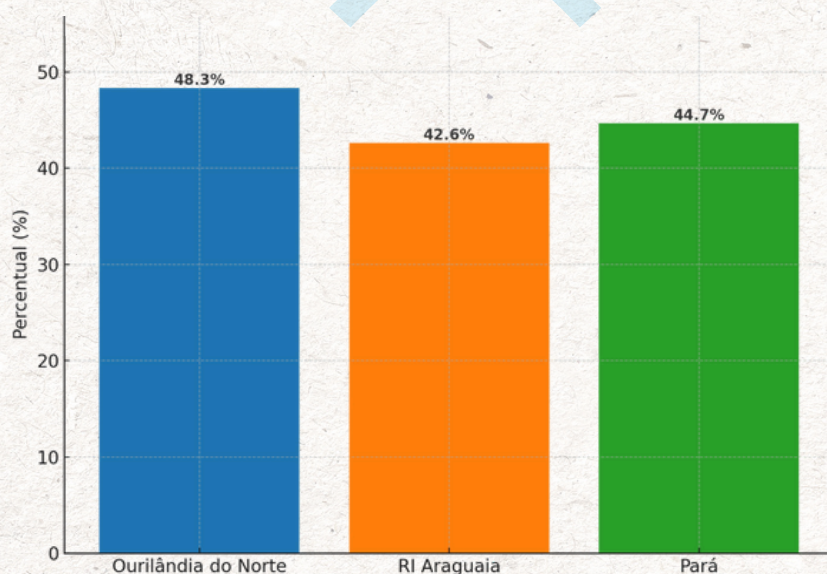
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Ourilândia do Norte** registrou um IDS de **48,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Ourilândia do Norte x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



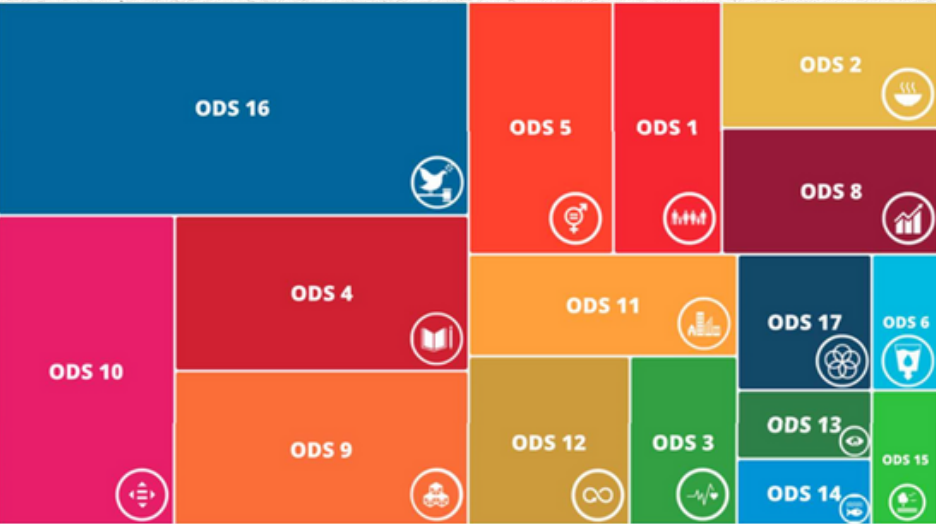
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

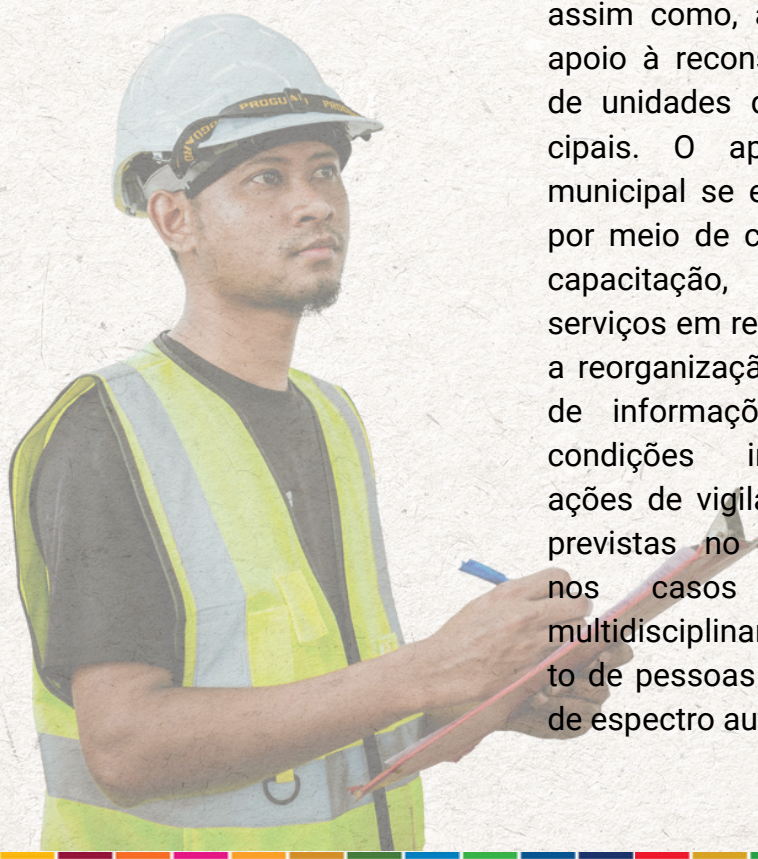


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apo-

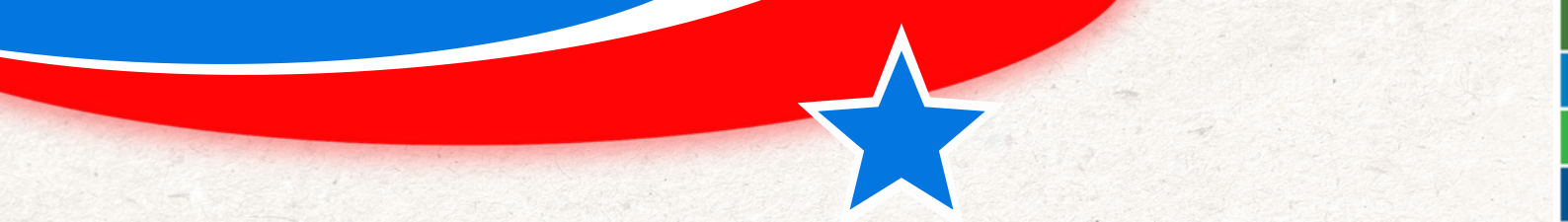
io às vicinais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

